

Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

em 25 de março de 2014.

Presidência da Senhora Deputada Kelly Magalhães, *ad hoc*. À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (62). Havendo *quorum* regimental, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão. Não houve Pequeno Expediente. GRANDE EXPEDIENTE – Horário do PSDB/PTN/PRP – O Deputado João Carlos Bacelar saudou o bloco-afro Malé Debalé pelos 35 anos de existência, fundado no Bairro de Itapoan onde desenvolve um grande trabalho social, tem uma escola de dança, desenvolve atividades na área de educação e na proteção do meio ambiente da Lagoa do Abaeté. O parlamentar tratou, também, sobre a invasão de terra que aconteceu no Sul da Bahia, no dia precedente, em quatro fazendas no Município de Una, por supostos índios, registrando protesto à política da Funai. Horário do PMDB/PSB – O Deputado Coronel Gilberto Santana teceu crítica à proposta de correção salarial do Governo do Estado, em duas parcelas e índices insignificantes (2% e 3,84%), bem como aos pedidos constantes de empréstimo, uma vez que esses recursos não têm sido empregados no Estado, que se encontra em situação precária, com as estradas ruins, a área social abandonada, sem saúde, sem segurança, sem educação e sem gerar emprego e renda. A Sessão foi prorrogada pelo tempo de até 800 minutos, mediante a aprovação do Plenário, contra os votos dos Deputados Elmar Nascimento, Paulo Azi, Pedro Tavares, Bruno Reis, Coronel Gilberto Santana e Sandro Régis. Horário do DEM – O Deputado Elmar Nascimento ponderou acerca do reajuste proposto pelo Executivo Estadual para os servidores estaduais, cuja data-base é janeiro, “índices insignificantes”, que nem sequer repõem as perdas salariais, razão pela qual manifestou repúdio e indignação ao reajuste proposto por um “Governador que não respeita o servidor”. O Deputado Bruno Reis também censurou o

Governo do Estado, pois, nesses sete anos, nunca deu ganho real aos servidores, somente repôs o índice de inflação do período e agora decidiu parcelar, razão pela qual os servidores já estavam se mobilizando por greve, a exemplo dos servidores da Justiça e da Saúde. ORDEM DO DIA – O Deputado Paulo Azi fez uma questão de ordem para questionar sobre a urgência anunciada que envolve recursos dos royalties (Requerimento nº 8.124/2014, solicitando urgência para o Projeto de Lei 20.758/2014), haja vista entender que o referido Projeto não pode receber emendas e, portanto, não cabe o pedido de urgência. O Deputado Zé Neto contrapôs o questionamento do Deputado Paulo Azi, argumentando entender que, do ponto de vista regimental, não há impedimento para se votar as urgências. O Deputado Elmar Nascimento ratificou o questionamento feito pelo Deputado Paulo Azi. O Sr. Presidente esclareceu que já houve um caso semelhante, quando foi convencido pelo Deputado Paulo Rangel e, por coerência, iria deferir o questionamento do Deputado Paulo Azi retirando aquele requerimento da pauta da Ordem do Dia. Submetidos à discussão única e votação foram aprovadas as seguintes matérias: a Mensagem nº 4.854/2014, de procedência do Poder Executivo, “Veto parcial ao Projeto de Lei nº 20.506/2013, que dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos, estádios e arenas desportivas no Estado da Bahia.”, em votação secreta (Sim – 42 votos, Abstenção – 05), ficando mantido o veto do Poder Executivo; a Mensagem foi discutida pelos Deputados Gaban, Luciano Simões e Adolfo Viana; o Deputado Zé Raimundo, relator da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esclareceu ao Plenário sobre o veto; o Projeto de Lei nº 20.733/2014, procedente do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências”, foi aprovado por unanimidade; a matéria foi relatada pelo Deputado Adolfo Menezes (comissões conjuntas), que se posicionou favorável à forma original, e foi discutida pelos Deputados Carlos Geilson, Luciano Simões e Bruno Reis; o Projeto de Lei nº 20.749/2014, de procedência do Poder Executivo, que “Acresce à Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, o art. 25-A, na forma que indica”, foi aprovado por unanimidade e recebeu parecer oral, favorável à forma original, da Deputada Maria Luiza Laudano, pelas comissões conjuntas; o Requerimento nº 8.125/2014, de autoria do Deputado Zé Neto, Líder do Governo, que “Requer Urgência para o Projeto de Lei nº 20.757/2014, de autoria do Poder Executivo”, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.281, de 07 de outubro de 2004, que estabelece a distribuição dos recursos financeiros de que trata o art. 204 da Constituição do Estado da Bahia”, foi aprovado contra os votos dos Deputados Elmar Nascimento, Pedro Tavares, Augusto Castro, Bruno Reis, Carlos Geilson, Leur Lomanto Júnior e Adolfo Viana; o Requerimento nº 8.126/2014, de autoria do Deputado Zé Neto, Líder do Governo, que “Requer Urgência para o Projeto de Lei nº 20.767/2014, de autoria do Poder Executivo”, que “Reajusta os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências”, foi aprovado contra o voto do Deputado Carlos Geilson e a votação foi encaminhada

pelo Deputado Elmar Nascimento; o Requerimento nº 8.127/2014, de autoria do Deputado Zé Neto, Líder do Governo, que “Requer Urgência para o Projeto de Lei nº 20.768/2014, de autoria do Poder Executivo”, que “Altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências”, foi aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, à qual deixou de comparecer o Sr. Deputado Tom Araújo (01).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -